

JOSÉ DOMENECH

Problemas Economicos

O Fomento da riqueza
nacional e a baixa
dos cambios.

Soluções tendentes a
resolver estes proble-
mas.

1918

TIP. DO « CENTRO DE NOVIDADES »
BARCELOS



B)
30.5(469)
DOM

1403

JOSÉ DOMENECH

C.M.B.
Biblioteca

Problemas Economicos

O Fomento da riqueza nacional e a
baixa dos cambios. Soluções ten-
dentes a resolver estes problemas.



Borceliano

Permu

1918

TIP. DO «CENTRO DE NOVIDADES»
BARCELOS



1403

PROBLEMAS ECONOMICOS

O Fomento da riqueza nacional e a baixa de cambios. Soluções tendentes a resolver estes problemas.

Uma das preocupações constantes de todos os governos daquelas nações que estão empenhadas na actual e gigantesca luta, e ainda os daquelas que conservando-se neutrais, sentem e sofrem as suas naturais consequências, é, sem duvida, a solução do pavoroso problema economico nos seus diversos e variados aspectos.

Ponhamos de parte as questões que possam advir do constante e consideravel aumento da divida publica destes Estados, porque não abrange tanto o programa dos assuntos que aqui me proponho tratar, nem mesmo me considero com competencia sufficiente para os abordar. Fique isso reservado aos que se occupam com o estudo dos grandes problemas das Finanças do Estado.

Infelizmente são poucos os que teem comprehendido a gravidade das circumstancias que actualmente atravessa a humanidade, a profunda transformação que hão-de sofrer os principios sobre os quais se tem baseado até hoje a vida dos povos. O futuro não deixa de parecer-me muito incerto.

Entretanto não devemos permanecer em attitude contemplativa, lamentando-nos, soltando exclamações de assombro ou de pezar perante os factos que a realidade nos vai mostrando dia a dia.

Já não nos é licito encolher os ombros e contemplar com indifferença todas estas questões economicas de cuja solução dependem amanhã a salvação e mais tarde o florescimento e prosperidade do País.

Basta já de lamentações e queixas isoladas que não passam de simples desabafos sentimentais.

E' já hora de que todos cooperemos, com o pensamento ou com a acção, cada um com os meios de que possa dispôr, a procurar soluções tendentes á resolução destes problemas economicos. E todo o cidadão a quem sugira uma solução, tem o dever de a manifestar, para que a opinião publica, avaliando-a ou comparando-a com outras, diga se é ou não applicavel, em realidade, ou se não passa de um sonho impossivel de pôr em pratica. Pelo menos, ainda que não tenha aceitação, se é combatida por inoportuna ou ir-realizavel, da critica da mesma—mas critica constructiva, não destructiva — sempre pôde ser facil que venham á luz novas soluções diferentes daquela, mas enfim soluções que, sem a existencia da outra, não se teriam talvez originado.

E' pois esta, a meu vêr, a maneira mais eficaz para que todos, quer por si, quer por serem compelidos por outros, se occupem deste magno problema economico, para a solução do qual, todos os que se consideram com maior ou menor aptidão para aborda-lo, devem dár o seu concurso, por mais insignificante e modesto que seja.

Após esta breve exposição em que trato de justificar-me dos fins que me animam ao dirigir-me ao publico, passarei a occupar-me dos problemas com que epigráfo estas linhas.

O Fomento da Riqueza Nacional

I

Emissão de 300 mil contos em bilhetes do tesouro,
para crédito agrícola.

«Que nem o soberano nem a
Nação percam nunca de vista que
a terra é a fonte unica de riqueza».

Quesnay.

A guerra actual, com a diminuição da produção por falta de braços nos paizes em lucta, unida á enorme difficuldade dos transportes e á necessidade imperiosa de nivelar a balança commercial, tem posto em evidencia a questão palpitante de que cada nação deve bastar-se a si mesma, isto é: necessita de produzir o sufficiente para que não precise de importar nada, ou o menos possível.

E' difficil prever a duração de esta contenda e tambem a repetição de outra em tempo mais ou menos afastado.

Por isso todos os paizes estão pondo em pratica as medidas precisas para desenvolver nas suas terras uma producção tal que chegue para as necessidades do seu consumo, e ainda conseguir uma sobreprodução para exportar.

Sobre tudo naquelas nações que antes da guerra tinham attingido já o maximo desenvolvimento da sua producção agrícola, nações em que se aproveitou até o ultimo palmo quadrado do seu solo laboravel, ha-de tornar-se muito mais difficil esse esforço de producção que em todas aquellas, como Portugal, onde apenas existe destinada ao cultivo uma parte insignificante da sua superficie total, dispondo por conseguinte, de muita mais terra para cultivar.

Portugal, pela riqueza do seu solo e pelas suas especiais condições climatericas, que lhe permitem colheitas variadas nas

suas diferentes regiões, é um daqueles paizes que estão nas condições de bastar-se a si proprios, e ainda oferecer a outros o excesso da sua producção. Mas para conseguir isto, e em prazo relativamente curto, é preciso intensificar o cultivo das suas terras laboraveis, converter em terras de lavoura as suas extensões de terrenos incultos, vulgarisar os processos agricolas modernos, empregar maquinas agricolas e desterrar processos rotinarios que, desde ha muitos anos, foram postos de parte pelas nações que marcham á frente no progresso.

Como conseguir isto?

A primeira cousa que em meu entender se devia fazer neste sentido, éra a concessão de um amplo crédito agricola que deveria chegar até uns 300 mil contos.

O governo emitiria bilhetes do tesouro entregando-os ao Banco de Portugal como garantia das notas que tivesse de pôr em circulação, para atender exclusivamente ao credito que lhe fosse solicitado para o fim de que estou tratando. Estas notas teriam a garantia dos bilhetes do tesouro e a da hipoteca das terras sobre as quais se emprestasse o dinheiro, com previo estudo feito por peritos agricolas do custo da cultura completa das mesmas, compreendendo todos os trabalhos de lavoura proprios para a completa preparação da terra; adubos, sementeiras, colheitas, etc., etc. Quero dizer que o Banco de Portugal emprestaria ao proprietario a soma total das despesas a fazer na sua terra com determinada cultura, ficando com a garantia dessa terra para se assegurar do cumprimento da obrigação com ele contraída. Nestas condições ficaria o Banco salvaguardado e amplamente garantido, visto a terra ser ouro.

E para que o dinheiro emprestado sobre terras não fosse desviado para outras empresas podia crear-se um organismo com o fim de fiscalizar o emprego deste dinheiro.

A' medida que se fossem cumprindo essas obrigações, o Banco retiraria notas da circulação com o mesmo valor a que aquelas subissem, ao mesmo tempo que o Estado recolheria bilhetes do tesouro de igual importancia.

As terras poderiam dividir-se, para este efeito, em trez categorias:—De 1.^a, 2.^a e 3.^a.

1.^a categoria: Terras de regadio em que seja possivel realisar duas colheitas anuais.

2.^a categoria: Terras que somente permitem uma colheita.

3.^a categoria: Terras dedicadas ao cultivo de arvores e arbustos.

Os terrenos incultos deveriam pagar uma contribuição dupla da que pagariam as terras de primeira categoria, unica forma de obrigar os seus proprietarios a converte-los em terras de cultivo, para o que já não poderiam alegar a falta de recursos para emprender esses trabalhos, visto o Estado lhes facilitar o credito indispensavel.

Os proprietarios de terras hipotecadas ao Banco de Portugal deveriam satisfazer a este um juro de 3 por cento anoal, facultando-se-lhes prazos que se julgassem convenientes para a amortisação da divida e dos seus juros.

Desses 3 por cento receberia o Estado $2\frac{7}{8}$ por cento e o Banco de Portugal $\frac{1}{8}$ por cento como comissão de banca. Desta forma o Estado, ao mesmo tempo que favoreceria o desenvolvimento da agricultura, impulsioando a riqueza do País, obtería uma receita proveniente de $2\frac{7}{8}$ por cento dos creditos que o Banco outorgaria com a sua garantia. E no prazo de alguns anos a riqueza agricola da nação poderia ser o triplo do que hoje é; os proprietarios de terras que actualmente são incultas encontrariam duplicado ou triplicado o seu valor; e finalmente o Estado, depois de ter fomentado a riqueza agricola e haver recebido anoalmente a receita que mencionamos acima, poderia aumentar as contribuições proporcionalmente ao maior ou menor aumento de riqueza experimentado nas terras, tendo sempre em conta, para os efeitos da taxa, as categorias de que falo mais acima.

Já disse um ministro francez que o ubere mais productivo para a vida dos povos é a Agricultura.

Muita gente ha-de achar inverosimil que aumentando a circulação fiduciaria se consolide a economia nacional. E' logico que se suponha isto, visto parecer evidente que o desequilibrio venha precisamente desse excesso de circulação. Mas; nações como a França, Inglaterra e Italia (para não citar outras), não a estão aumentando continuamente? Não a aumentarão ainda mais, se este estado de cousas se prolongar?

Atreveria-me a afirmar que não deve ser muito maior que em Portugal a garantia ouro que teem hoje as notas dessas nações. E

para melhor nos darmos conta disso basta só olharmos para a soma de despesas colossais que elas teem consumido na guerra, desde o seu principio até hoje.

Acontece, porém, que essas nações, como a França e Inglaterra, são sobre tudo patrióticas, orgulhosas de si proprias, que depositam toda a confiança nos seus governos constituídos por homens sabios e patriotas, por estadistas eminentes. E assim acontece que, como a confiança é tão grande, os bilhetes ou bonus do tesouro, cuja circulação é abundante, são bem acolhidos, toda a gente os aceita como moeda corrente, e eles suprem a falta de ouro, porque ouro é também a fé na victoria, a confiança absoluta na volta aos dias de riqueza e esplendor numa nova era de paz e trabalho intenso.

Mas, se isto que tenho dito não é sufficiente, reproduzirei em continuação, o que num artigo intitulado «*Miscelanea georgista*» escreve Felix Vitale na revista espanhola «Ergos».

«No ano de 1892 o Estado de Queensland ou Moreton Bay, «Australia, encontrava-se afectado por uma crise industrial espantosa, depois duma grande epoca de especulação sobre terras. A «divida publica éra enorme. A falta dum exercito ou de uma vasta «burocracia como a nossa, que são a valvula de escape ou o expediente a que recorrem as sociedades modernas, contribuiam a submergir na miseria a um numero incalculavel de trabalhadores e «de industriais que tomaram o caminho de Nova Zelanda e Estados «Unidos. Monsieur Vatson, representante do *Labor party* e ministro de Obras publicas propoz e conseguiu que o Estado lançasse «mão de todas as terras que lhe eram pertencentes e outras propriedades públicas, fazendo uma valorisação aproximada de todas «elas. A este projecto estava anexo outro que consistia numa emissão de trez milhões de libras esterlinas em papel moeda, garantido com as propriedades do Estado, terras a ele pertencentes, edificios publicos e outras propriedades. Estes milhões que se emitiam gradualmente, destinavam-se a obras de melhoramento, caminhos rurais, vias ferreas, portos e outras edificações necessarias ao Estado. Note-se bem que o papel moeda, emitido de conformidade com um grupo de pessoas respeitaveis do territorio de «Queensland éra recebido pelo Estado a titulo de imposto e não regeitado como acontece na Republica Argentina, Brazil, etc., pois «que de acontecer assim, não haveria tido o valor comercial neces-

«sario, e teria que sofrer as oscilações do cambio—às vezes tão «funestas—nem teria sido aceitado nas transações comerciais.

«Compreendereis que a idea éra logica e acertada. Ordina-
«riamente cõstuma-se garantir o papel moeda com ouro em reserva.
«Mas, como os descendentes de inglezes são praticos, admitiram
«perfeitamente que a garantia podia fazer-se efectiva com proprie-
«dades que tinham a equivalencia do ouro. A' medida que se iam
«efectuando as melhoras, aumentava-se o imposto sobre o valor dos
«terrenos, que subia em virtude do beneficio trazido por aqueles
«melhoramentos; e assim impedia-se o retorno á epoca de especula-
«ções sobre a terra e detinha-se a incultura. O resultado excedeu
«á expectativa. Até um socialista revolucionario disse que o Estado
«de Queenslande ia a ser o paraíso dos trabalhadores».

* *

*

Já contamos, pois, com o crédito indispensavel para empre-
ender a profunda regeneração de que se precisa. Porém, este tra-
balho pecaria por indefinido e obscuro se não me occupasse, á con-
tinuação, do emprego mais conveniente a dár a esse dinheiro, indi-
cando quais os cultivos que se devem intensificar com preferencia
e quais os que convem adaptar neste solo para obter num prazo re-
lativamente curto productos em quantidade sufficiente para que o
Paiz possa passar sem importar nada ou sómente o indispensavel.
Antes exportar. Quando não, que o valor dos productos que lhe
fosse indispensavel importar compensasse o valor das suas expor-
tações.

II

Sindicatos Agrícolas

Todos reconhecemos o importante papel que representam es-
tes organismos na riqueza agricola. Por isso, por assim o compre-
enderem, nações como os Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Ale-
manha, França, Hespanha e outras teem-se preocupado com o seu
desenvolvimento, podendo por tanto dizer-se que na mais insignifi-
cante vila não deixa de haver um destes organismos.

Seria ocioso que estivesse a ocupar-me aqui da constituição e fins destes organismos que tão bons resultados estão dando e tão uteis são, principalmente ao lavrador pobre que não dispõe de recursos.

Eles podem adquirir adubos de todas as classes e maquinismos agricolas em mais vantajosas condições que o poderia fazer um só dos seus associados. E sendo assim, estes sindicatos, cujo desenvolvimento recomendo muito especialmente, deveriam fazer a aquisição de adubos para as necessidades das suas terras; máquinas a vapor para extrair agua para regar; alambiques para a produção do alcool de vinho, quando este não atinja um preço de venda remunerador; moinhos para descascar o arroz (naqueles pontos onde este se cultive); e ali onde não se disponha de força hydraulica ou energia electrica deveriam ter locomoveis, com pedras, cilindros e demais pertences indispensaveis, destinadas a mover moinhos para trigo e milho, pois ainda que este trabalho não atingisse a perfeição que tem nas intalações feitas a proposito, que dispõem do maquinismos muito aperfeiçoados, teriamos que estas instalações resultariam relativamente muito economicas, com a notavel vantagem de se encontrarem situadas no centro da produção destes cereais, evitando-se assim alguns fretes e carretos duplos, poisque e mesmo lavrador converteria em farinha este trigo ou milho, o qual iria já directamente á padaria ou á loja que a tivesse de vender. Não poderia vender-se assim a farinha a menos preço?

E' preciso ter muito em conta que quanto mais barata é a vida dos povos, maiores facilidades teem as industrias nacionais para competir dentro e fóra do País com as concorrentes de outras nações.

III

Cultivos mais importantes a intensificar

Em primeiro logar e por constituirem eles a base principal da alimentação, deveriam estender-se os do trigo, milho, centeio, arroz, batata, cebola, feijão, fava e outros.

Alguns destes cultivos, como os da batata e cebola, poderiam

constituir a base duma nova riqueza, se se propagassem devidamente. Parece-me que não cometerei nenhum exagero se disser que em Portugal poderiam produzir-se mais de 100 mil toneladas de cebola, visto muitas mais produzir só a região de Valencia (Espanha), uma boa quantidade das quais manda aos mercados da Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, etc.. Estas 100 mil toneladas podem avaliar-se, apenas saídas das mãos do lavrador, em dois milhões de escudos (dois mil contos).

Relativamente á batata, ninguém poderá negar a importante riqueza que representa o cultivo em grande escala deste precioso tubérculo, capaz de sustituir o pão de trigo ou milho quando estes cereais escassearem. E para nos convenceremos disto, acho que será suficiente fazer constar que no ano de 1916, em plena guerra, o governo espanhol, vendo que depois de serem satisfeitas as necessidades da Nação ainda lhe sobravam 55 mil toneladas, autorizou a exportação desta respeitavel quantidade juntamente com trinta mil toneladas de arrôz. Calcule-se o ouro que entraria na Espanha sómente da exportação destes generos. Isto nos explicará a invejavel cotação da peseta que, desde que começou a guerra e aquele país diminuiu as suas importações, aumentando em cambio as suas exportações, tem subido constantemente até hoje, que figura como a moeda melhor cotada do mundo.

E para melhor avaliar o que estou dizendo, veja-se o que insere a revista «Los Mercados», de Valencia, no seu numero correspondente a 6 de Abril de 1918.

«**Batata:** Acerca do que se supõe será a producção na nossa região, a seguir oferecemos um calculo por vilas, o qual achamos bastante aproximado e que demonstra com quanta amplidão pode «autorizar-se a sua exportação».

Estatistica das *hanegadas* (1) de terra semeadas de batata de primeira colheita na provincia de Valencia no presente ano de 1918. (Segue em continuação uma relação de todas as vilas com as *hanegadas* semeadas). Total 32:305 *hanegadas*. Calculando como termo medio 2 mil kilogramas por *hanegada* resultam em total 64:610 toneladas.

(1) Medida equivalente a 800 metros quadrados aproximadamente.

Isto numa só provincia, a mais agricola do paiz visinho, é certo. E como o resto da Nação produz bastante para as suas proprias necessidades, conclue-se que neste ano se exportarão talvez outras 55 mil ou 60 mil toneladas, só da primeira colheita.

Mas não é só isto.

E' preciso pensar nos braços que se empregam, no beneficio que isto traz para as industrias, tais como fabricas de serração de madeira e fabricas de pregos; carreteiros que se occupam na condução destes productos ás estações do caminho de ferro ou aos portos; agentes de commercio, bancos, companhias de seguros, casas armadoras de navios, consignatarios, despachantes, etc. Toda uma colmeia laboriosa que emprega a sua actividade neste commercio.

Portugal poderia competir vantajosamente com o Levante espanhol, visto a travessia feita pelos vapores desde os seus portos aos do Norte da Europa levar quatro ou cinco dias menos de navegação, que os que saem de Barcelona, Valencia ou Alicante. Isto, é claro, acarretaria menos frete, sobre tudo quando se estabelecessem novas linhas de vapores, atraídas pela abundancia de carga.

Além desta vantagem de frete, teriamos mais economia no preço da caixotaria, que aqui poderia vender-se muito mais barata. Tudo isto, representaria alguns *shillings* de differença a favor das caixas que saíssem dos portos de Lisboa, Porto e outros; e por consequente os exportadores poderiam dispôr dessa verba a seu favor para competir nos mercados do Norte, com os exportadores do Levante.

IV

Adaptação de novos cultivos

Além de outros que aos agronomos e lavradores experimentados sugerissem, com previo estudo feito ácerca da conveniencia da sua adaptação, mencionarei aqui, porque Portugal o consome e porque a sua exportação poderia constituir tambem uma fonte importante de riqueza, o cultivo das uvas para a producção de passas, analogas ás de Malaga, Denia e Grecia.

Escolhendo terras a proposito, poderiam produzir-se mais de 500 mil quintais, com um valor que não seria inferior a 300 mil libras esterlinas, com a notavel vantagem—para toda a passa que fosse para exportar—de ser menor o frete que desde os centros productores acima indicados até os mercados consumidores da Europa e America, tendo a acrescentar o que já dizemos, ao falarmos da cebola e batata, das industrias que vivem destas exportações, da gente que emprega a sua actividade neste comercio, desde que o fruto sai do campo até ser embarcado.

Os cultivos do tomate, romã, laranja, amendoin etc, trariam tambem uma importante riqueza, pois basta termos em conta que só o da laranja constitue uma das principais producções da região de Valencia, que antes da guerra chegou a exportar, num só ano, cinco milhões de caixas deste fruto, com um valor de mais de dois milhões de libras.

Quanto ao cultivo do amendoin, copio algumas passagens do que escreve o Snr. Arnaldo Calderon na revista «Exportación de Pasa Valenciana» (Denia 11 de Abril de 1918) tratando do cultivo desta planta.

«Espanha é o país da Europa onde mais se cultiva esta planta oleaginosa, pertencente, como outras muitas, á grande familia das leguminosas. O seu nome botanico é *arachis hypogea*, com o qual se indica uma propriedade especial desta planta, e é que fructifica debaixo da terra, visto ser este o significado da segunda palavra do seu nome tecnico, formada de dois vocabulos gregos que significam, respectivamente, debaixo e terra. A superficie que cultivamos no nosso paiz oscila em 8:000 hectares e a produção atinge até 150 mil quintais metricos annoais.

«O amendoin consome-se em grandes quantidades como fruto seco, mas a sua principal applicação é para a extracção de oleo e tambem aproveitamento das cascas que ficam como residuo, que são um grande alimento para o gado. Para estes usos importam-se na França grandes quantidades de amendoin do Senegal, que é o paiz onde mais se produz, chegando em alguns anos a sua exportação a 184 mil toneladas. E' planta de país calido, e no nosso só pode cultivar-se em terras de regadio visto não suportar os rigores do inverno, nem sequer na zona do Levante, tendo de se cultivar como planta de verão, época em que a quantidade de humidade do ambiente e do solo é sufficiente para o seu mantimento.

«No Senegal cultiva-se no inverno aproveitando-se as chuvas, por certo não muito abundantes, daqueles climas durante este periodo do ano, chegando á completa maturação sem necessidade da custosa insistencia de regas».

V

Outras Riquezas

A criação de galinhas, coelhos, carneiros, bois, etc., deveria fomentar-se, procurando melhorar as raças mor meio de selecções, proibindo-se sacrificar qualquer vitela que não pesasse em bruto 200 kilos pelo menos.

Para que o lavrador se dedicasse com mais extensão á criação destes animais, seria preciso incitar-lhe o interesse autorizando a sua saída para fóra do País (depois de satisfeitas as necessidades internas), poisque de outra forma, compreendendo que não lhe éra possivel obter bons lucros, descuidaria e até abandonaria esta industria, com notavel prejuizo para a riqueza nacional.

E' preciso fazer trabalhos de exploração por companhias constituídas por capitais portuguezes, procurando as minas de carvão e outros minerais que aqui existem; aproveitar todos os saltos de agua importantes para o seu emprego na rega e na producção de energia electrica.

Dispondo de pedra calcarea e saltos de agua, deveriam-se montar industrias para a fabricação de carboneto; e da mesma forma, industrias para a fabricação do arame, importando-se o lingote, visto aqui não haver altos fornos.

A plantação de choupos por todas as margens dos rios e terrenos humidos desenvolveria no País a industria da fabricação do papel. Segundo lêmos estes dias na imprensa, nas ilhas Canarias vai montar-se uma fábrica de papel utilizando-se como materia prima os troncos das bananeiras, cujo cultivo é tão importante naquellas ilhas.

E' preciso procurar ao Estado recursos proprios e assim, todas as linhas ferreas deveriam ser da sua propriedade, administrando-as bem e applicando tarifas para que ficasse com um lucro liqui-

do de dez por cento, e com esta receita empreender a construcção de novos caminhos de ferro e ter constantemente dragados os portos como o da Figueira da Foz e Viana do Castelo, para neles poderem fundear navios de regular calado, evitando-se assim transportes custosos de mercadorias procedentes de pontos situados proximos daqueles portos, as quais teem de ser agora levadas a Lisboa ou Porto.

Sem causar prejuizo ao consumidor, poderia o Estado obter muito bons rendimentos da venda de tabacos. Bastava que ele dispuzesse que dos dez por cento que a Companhia dá aos revendedores, ficassem estes sómente com os trez por cento e os restantes sete por cento passassem ao Estado. Por este processo obteria uma receita não inferior a 700 contos, visto a venda deste artigo atingir, segundo nos informam, a respeitavel quantia de 10 mil contos.

Poderia provar que isto mesmo se está a fazer noutros paizes.

*

*

*

Tenho indicado as medidas que, a meu vêr, deveriam pôr-se em pratica para fomentar a riqueza nacional. Com estas medidas de facil applicação e com a supressão de todos os monopolios e privilegios que, como disse o sabio filosofo norte americano Henry George, só contribuem «a empobrecer as nações», creio que poderiam conseguir-se o florescimento e prosperidade de Portugal, de solo tão rico e fecundo, de clima benigno e ceu eternamente azul, com justa razão chamado «o jardim da Europa».

Os cambios. Como melhora-los.

A dos cambios pode-se dizer que é hoje a questão palpitante que traz preocupados os governantes, financeiros, banqueiros, industriais, comerciantes etc. E com razão.

Se formos a procurar as causas da carestia da vida, encontraremos figurando num dos primeiros logares, a que se origina do enorme preço que atingiu a libra, que no momento em que escrevo estas linhas se está cotando a 8\$24. Realmente é um cambio fabuloso que deixa vêr uma ruína para a economia do País.

As consequências desta cotação actuam como uma pesada lousa sobre a industria e o commercio que, por lei natural, procuram tirar de cima este peso, que vem subjugar finalmente a toda a colectividade, a qual não tem outro remedio senão pagar os vidros partidos, adquirindo os generos para atender ás suas mais indispensaveis necessidades a preços inconcebiveis, produzindo-se com isto um desequilibrio profundo nos seus orçamentos domesticos, nos que, as verbas das despesas atingem continuamente novas e mais elevadas cifras.

O mal estar, o sofrimento moral, as privações de todos aqueles, cujos unicos recursos são os jornais que ganham no campo ou na officina, na fabrica ou no escritorio, vêm-se reflectidos nas suas caras tetricas e faltas de côr, nos seus corpos depauperados.

Não vislumbro outra solução deste espinhoso problema dos cambios que não seja a que tiver por base a adopção de medidas extremas, radicais. Assim o teem comprehendido e assim o estão a fazer nações de tantos recursos economicos como os Estados Unidos, França, Inglaterra etc.. Passe-se revista á já extensa lista de artigos cuja importação prohibiram esses paizes, no intuito de não provocar a depreciação das suas respectivas moedas e ao mesmo tempo fazer economias na tonelagem que aproveitam para o transporte de mercadorias mais indispensaveis. Assim, leio que a partir de 15 de Abril de 1918 os Estados Unidos prohibem a importação de diversos artigos entre os quais se contam os seguintes : «Todas as

frutas (excepto pinhas e bananas), frutas de caroço (excepto os cocos e seus derivados), todos os chamados oleos vegetais, vinhos, produtos de confeitaria, todos os vegetais (excepto feijão, lentilhas e ervilhas) tanto em estado natural como preparados em conserva».

E', pois, indispensavel principiar por suprimir a importação de todos aquellos artigos que não sejam absolutamente necessarios á Nação. E como esta restricção nas importações provocaria a diminuição da procura de cambiais para o pagamento de mercadorias importadas, os cambios melhorariam tanto mais quanto menores fossem as importações de mercadorias que se tinham de pagar em ouro.

Por outra parte deveria autorizar-se a exportação de todos aquellos artigos que não fazem falta á Nação, pois que isso ocasionaria uma entrada de papel ouro que ao oferecer-se no mercado provocaria tambem a melhora dos cambios.

Em compensação á perda da receita (direitos de importação) que soffreria o Estado ao limitar as importações, deveriam aumentar-se os impostos sobre as bebidas alcoolicas e tabacos, creando impostos sobre todos os artigos de luxo.

Mas a adopção de todas estas medidas que deixo indicadas (fomento da riqueza, em primeiro logar, restricção de importações e aumento das exportações) não produziria o verdadeiro resultado practico desde o momento que se deixasse o campo livre á especulação, um dos principais factores deste problema.

Como poderia evitar-se esta especulação?

Da seguinte forma, a meu parecer: Convertendo-se o Banco de Portugal, por conta do Governo, em regulador dos cambios.

Pelas Alfandegas poderia saber o Governo o valor das mercadorias que entrassem e saíssem do Pais. Este valor poderia apurar-se todo o possivel pela confrontação das facturas de venda, conhecimentos de embarque ou guias do caminho de ferro, facturas consulares e outros documentos analogos.

Qualquer exportador dum determinado genero estaria obrigado a fazer entrega ao Banco de Portugal da cambial (cheque, letra, etc.) producto da trasação commercial efectuada, pagando-lhe o Banco, pela compra da mesma cambial, a equivalencia em escudos ao cambio corrente naquela ocasião.

Da mesma forma, qualquer importador duma mercadoria se

apresentaria ao mesmo Banco e este deveria vender-lhe uma cambial (cheque, letra etc.) sobre a praça correspondente para pagamento da mercadoria, cujo exacto valor poderia aquele Banco comprovar por os meios acima indicados.

As libras que o Banco teria que comprar aos exportadores deveria pagal-as ao cambio corrente, e as libras que tivesse de entregar aos importadores venderia-as 5 o/o mais caras que o cambio corrente.

Um exemplo deve esclarecer estes conceitos :

Supunhamos que a cotação da libra fosse 8\$00 escudos e se apresentasse ao Banco de Portugal um importador pedindo um cheque s/ Londres de libras 2000. para pagamento de generos importados. O Banco vender-lhe-ia este cheque por 16.800\$00 escudos: isto é :

$$\begin{aligned} 8\$00 \text{ mais } 5 \text{ o/o} &= 8\$40 \\ \text{Libras } 2000 \times 8\$40 &= 16.800\$00 \end{aligned}$$

Pelo contrario é um exportador quem se apresenta ao mesmo Banco para vender-lhe Libras 2000., cheque, producto de determinada venda ao estrangeiro. Segundo o que levo estabelecido, aquella entidade pagaria a este vendedor, como producto da venda dessas libras o seguinte :

$$\text{Libras } 2000 \times 8\$00 = 16.000\$00$$

Com o fim de que os outros Bancos, banqueiros e casas de commercio não vissem prejudicados os seus interesses e continuassem desenvolvendo-se dentro da maior normalidade possivel, o Banco de Portugal—melhor dito o Governo, visto aquele transaccionar por conta deste — renunciaria á compra directa das libras que apparecessem no mercado e que não fossem producto de vendas de mercadorias ao estrangeiro.

As entidades acima mencionadas poderiam comprar essas libras pagando pelas mesmas até \$10 (dez centavos) menos que a cotação corrente (a mesma que tinha de vigorar para a compra de libras pelo Banco de Portugal aos exportadores) oferecendo-as logo a este estabelecimento, que lh'as pagaria ao cambio corrente que menciono.

Os demais Bancos e banqueiros de que falo não poderiam

vender a ninguém mais de que ao Banco de Portugal as libras que comprassem e tivessem em deposito, estando obrigados a facilitar áquele diariamento uma nota demonstrativa das libras compradas e em deposito, podendo o Governo comprovar a veracidade desta nota pelos meios que julgasse oportunos.

No caso de algum banqueiro ou banqueiros se negarem a comprar as libras de que estou tratando, dentro dos limites do beneficio estabelecido (até dez centavos menos da cotação corrente) o vendedor dessas libras iria no Banco de Portugal, que, após a comprovação do caso, lh'as compraria com um desconto que não ultrapassaria o limite fixado de \$10 por libra.

Convertendo-se o Banco de Portugal (como procurador do Governo nestas operações) em regulador dos cambios, a ele corresponderia ir sucessivamente diminuindo a cotação. Esta poderia baixar, actualmente, \$03, 5 cada mez. Explicarei por quê:

Cotando-se por exemplo a libra a 8\$00 escudos e tendo que baixar a sua cotação \$03,5 cada mez, os possuidores de libras tratariam da as vender em face da eminente baixa de \$03,5 que tinha de experimentar a sua cotação no mez seguinte. A' primeira vista parece que de acontecer assim ia prejudicar-se o Estado que teria de comprar todas as libras que lhe offerecessem e cuja cotação tinha de ir baixando lentamente, conforme o que levo estabelecido. Mas não. O Estado não poderia perder nada, por isto que vou a demonstrar.

Os \$03,5 que tinha de baixar a libra cada mez, por 12 mezes=\$42. Interesses de 1 libra (ao cambio de 8\$00 por exemplo) ao 5 e 1/4 por cento=\$42.

Por conseguinte, se ao Estado lhe sobrassem libras, depois de ter atendido as necessidades da importação e da divida publica, com essas libras poderia comprar papel inglez ou francez dos ultimos emprestimos de guerra, que sempre lhe produziriam mais que 5 e 1/2 por cento. Bem se vê, pois, que o Estado não poderia ser prejudicado nesta operação.

A' medida que a baixa na cotação se fosse acentuando, da mesma forma deveria ser menor a baixa de cada mez, com o fim de que existisse sempre a compensação a que me refiro no periodo anterior.

O Banco de Portugal encarregar-se-ia de todas estas operações por conta do Estado, cobrando 1 por 1000 em todas elas.

*
* * *

Ahi fica exposto o meu pensar. A opinião se encarregará de dizer se é bom ou mau, se constitue uma realidade ou uma utopia. Seja-me licito, quando menos, pedir que se reconheça a boa vontade que presidiu á minha modesta e talvez atrevida intervenção nestas questões.

Embora não visse a primeira luz neste país, acho no entanto que os quatorze anos consecutivos que tenho de permanencia no mesmo, trabalhando, me dão o direito de desejar a sua prosperidade, ainda que só seja em paga do reconhecimento que lhe devo pela sua hospitalidade.

A humanidade é só uma; o mundo, de todos; as fronteiras, apenas uma necessidade.

Barcelos, Abril de 1918.

JOSÉ DOMENECH.

C.M.B.
Biblioteca

biblioteca
municipal
barcelos



5254

Problemas económicos